

Revista LEX de
Direito
Administrativo

Editora

Zilá T. Miorelli

Coordenadores da Revista

Leonardo da Rocha de Souza

Silvio Luís Ferreira da Rocha

Conselho Editorial

Carolina Zockun	Christianne Stroppa
Cleide Calgaro	Danilo Miranda Vieira
Flávio Garcia Cabral	Genilson Carreiro
Georghio Tomelin	Jacinto Arruda Câmara
Jefferson Carlos Carús Guedes	José Roberto Pimenta Oliveira
Julio Grostein	Leticia Queiroz de Andrade
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	Luis Manuel Fonseca Pires
Luzardo Faria	Marcia Pellegrini
Marcos Augusto Peres	Marcos Porta
Marinês Restellato Dotti	Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Raphael Silva Rodrigues	Rafael da Cás Maffini
Rodrigo Bordalo	Rodrigo Almeida Magalhães
Silvio Guidi	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
	Tatiana Meinhart Hahn

Ano IV - nº 12

set./dez. 2024

LEX
E D I T O R A

REVISTA LEX DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Publicação quadrimestral da LEX Editora S/A, à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

Os conceitos emitidos nos trabalhos assinados são de responsabilidade dos autores.

Artigos podem ser encaminhados via site (<http://www.lex.com.br/enviar-doutrina>).

Publicação com distribuição em todo o território nacional.

Tiragem: 3.000 exemplares

Revista LEX de Direito Administrativo

v. 12 (set/dez. 2024)-.- Porto Alegre: LEX, 2024

Quadrimestral.

Coordenação: Leonardo da Rocha de Souza e Silvio Luís Ferreira da Rocha.

ISSN 2763-5619

1. Direito Administrativo – Periódico.

CDU 342.9(05)

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

LEX Editora S/A

Diretora: Marlene Imhoff

Rua 18 de Novembro, 423 Porto Alegre/RS - CEP 90240-040

www.lex.com.br sac@lex.com.br

Serviço de Atendimento: 51 3191-3033

SUMÁRIO

Apresentação 5

Doutrina

O controle externo das oportunidades de negócio das empresas estatais que competem no mercado

Rafael Hamze Issa..... 7

Aspectos de uma nova compreensão da improbidade administrativa no Brasil

Kayama Lima, Luis Felipe Ferreira Klem de Mattos e Rogerio Borba da Silva 37

A necessidade de efetivação da democracia administrativa no Estado Democrático de Direito

Carlos Renato Cunha e Dorival Assi Junior..... 55

O princípio do *ne bis in idem* na Lei de Improbidade Administrativa

Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Diógenes Wagner Silveira Esteves de Oliveira e Pablo Augusto Gomes Mello..... 71

O populismo e a democracia no Estado Democrático de Direito

Raphael Silva Rodrigues, Ricardo Henrique Carvalho Salgado e Isaac Maynard Carvalho Moyses Souza 85

A atividade notarial e registral como mecanismo extrajudicial de contenção à massificação dos processos no direito brasileiro: acesso à justiça e direitos da personalidade

Marcelo Negri Soares, Gabriel Mendes de Catunda Sales e Geovani Ramos Menezes..... 95

Do uso da requisição administrativa fora da moldura constitucional: a questão dos insumos para a vacina da covid-19

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson 111

Governança em contratações públicas: aspectos do erro grosseiro na gestão por competência

Marcos Leite 129

O direito de preempção na alienação onerosa de bem imóvel urbano: uma análise à luz dos direitos fundamentais individuais e do interesse público <i>Manoel Mota de Souza Neto</i>	153
---	-----

Produção Técnica

Orientações sobre contratações temporárias <i>Benigno Núñez Novo</i>	175
Diretrizes para submissão de artigos doutrinários	189

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que chegamos ao número 12 da *Revista LEX de Direito Administrativo*, fechando o 4º ano de publicação.

Neste número, abrindo a seção de *Doutrina* começamos com o artigo de Rafael Hamze Issa, que foi convidado para esta edição. O artigo intitula-se “O controle externo das oportunidades de negócio das empresas estatais que competem no mercado”. O autor disserta sobre as parcerias entre companhias públicas e privadas, que possuem características diversas dos tradicionais contratos de prestação de serviços ou execução de obras.

Dando continuidade à *Doutrina*, o artigo “Aspectos de uma nova compreensão da improbidade administrativa no Brasil”, escrito por Kayama Lima, Luis Felipe Ferreira Klem de Mattos e Rogerio Borba da Silva, analisa as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa –, refletindo os efeitos práticos das mudanças na responsabilização dos agentes públicos.

Na sequência, Carlos Renato Cunha e Dorival Assi Junior participam da edição com o artigo “A necessidade de efetivação da democracia administrativa no estado democrático de direito”. Os autores analisam a concepção de democracia administrativa, a partir da perspectiva do Estado Democrático de Direito habermasiano, e a sua compatibilidade com o princípio administrativo da supremacia do interesse público.

Logo após, temos o artigo “O princípio do *ne bis in idem* na Lei de Improbidade Administrativa”, escrito por Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Diógenes Wagner Silveira Esteves de Oliveira e Pablo Augusto Gomes Mello. O artigo se refere às alterações trazidas pela Lei nº 14.230/2021 acerca da improbidade administrativa, com o enfoque no princípio do *ne bis in idem*, uma vez que é necessária a investigação para se averiguar se as mudanças feitas pelo legislador coadunaram para uma maior harmonia constitucional.

O artigo escrito por Raphael Silva Rodrigues, Ricardo Henrique Carvalho Salgado e Isaac Maynard Carvalho Moyses Souza, intitulado “O populismo e a democracia no estado democrático de direito”, objetiva propor um estudo sobre as diversas construções de sentido que são dadas para o termo populismo.

Após, o artigo intitulado “A atividade notarial e registral como mecanismo extrajudicial de contenção à massificação dos processos no direito brasileiro: acesso à justiça e direitos da personalidade”, de autoria de Marcelo Negri Soares, Gabriel Mendes de Catunda Sales e Geovani Ramos Menezes, investiga como os serviços notariais e registrares, enquanto instrumentos delegados pelo Estado, podem contribuir para a eficiência e celeridade da prestação jurisdicional.

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson e Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson analisam a viabilidade jurídica da requisição administrativa entre entes da república, usando o caso da requisição dos insumos para a produção da vacina da covid-19 pelo governo federal ao governo do Estado de São Paulo. O artigo está assim intitulado: “Do uso da requisição administrativa fora da moldura constitucional: a questão dos insumos para a vacina da Covid-19”.

Seguimos com o artigo “Governança em contratações públicas: aspectos do erro grosseiro na gestão por competência”. O autor Marcos Leite objetiva, entre outros, analisar a influência da infraestrutura organizacional no desempenho do Gestor.

Finalizando a seção de *Doutrina*, Manoel Mota de Souza Neto nos traz o artigo “O direito de preempção na alienação onerosa de bem imóvel urbano: uma análise à luz dos direitos fundamentais individuais e do interesse público”. O artigo tem por objetivo perquirir as particularidades do direito de preempção nos negócios jurídicos que envolvam a alienação onerosa de bens imóveis localizados em perímetro urbano.

Benigno Núñez Novo nos traz a cartilha “Orientações sobre contratações temporárias”, oferecendo informações específicas e condensadas sobre como diferenciar circunstâncias que pedem concurso público daquelas em que a solução está na realização de processo seletivo simplificado.

Após destacar os textos publicados nesta edição, agradecemos o esforço de todos para a constituição e publicação desse volume.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Zilá Miorelli

Editora da *Revista LEX de Direito Administrativo*